

O Hospital de Isolamento e o Cemitério do Araçá na cidade de São Paulo: a formação do complexo sanitário no contexto das novas descobertas científicas

Giovana Carla Mastromauro*
Ivone Salgado**

Resumo: A presente comunicação analisa uma área da cidade de São Paulo ocupada no final do século XIX. Inicialmente, em 1880, ali seria construído o Hospital de Isolamento, hoje Hospital Emílio Ribas, e em seguida, em 1887, o novo cemitério público da cidade, o Cemitério do Araçá, ao longo da avenida Municipal, hoje Avenida Dr. Arnaldo, em frente ao Hospital de Isolamento. Estes edifícios se instalam no local sob a orientação ideológica do higienismo e da salubridade. Todavia, o período em análise é justamente aquele no qual a teoria bacteriológica veio abalar as teorias miasmáticas então dominantes e que justificavam o isolamento destes equipamentos públicos. Procura-se desvendar como a noção de saúde pública e os conceitos de higienismo da época estão presentes nas justificativas das escolhas de implantação destes equipamentos na região.

Palavras-chave: higienismo – sanitário – urbanismo

Resumé: Cette communication fait une analyse d'une partie de la ville de São Paulo ammenagée à la fin du dix-neuvième siècle. Au début, en 1880, a été construit à cet endroit L'*Hospital de Isolamento*, aujourd'hui *Hospital Emílio Ribas*, et en suite, en 1887, le nouveau cimetière publique de la ville, le *Cemitério do Araçá*, tout au long de l'avenue *Municipal*, aujourd'hui *Avenida Dr. Arnaldo*, devant l'*Hospital de Isolamento*. Ces bâtiments ont été construits à cet endroit quand dominait une idéologie du hygienisme et du sanitarisme. Toutefois, cette période est justement laquella où la théorie bacteriologique a mis en cause les théories sur le miasme qui dominait jusqu'à ce moment et qui justifiait l'isolement de ces équipements publics.

Mots-clés: hygienisme – sanitarisme – urbanisme

Introdução

São Paulo foi o palco da primeira aplicação sistemática da microbiologia na saúde coletiva no país a partir da última década do século XIX tendo o Hospital de Isolamento, hoje Hospital Emílio Ribas, assim como outras instituições de saúde criadas depois dele, desempenhado importante papel na conjuntura sanitária e nas pesquisas que conduziram, em alguns anos, ao controle e até à erradicação das principais epidemias em nosso meio.

Já quando da construção do Hospital de Isolamento na cidade de São Paulo em 1880 e da posterior implantação do Cemitério do Araçá, em 1887, localizado no outro lado da nova avenida que se abria em frente ao Hospital de Isolamento, denominada na época Avenida

* Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. CEATEC – PUC Campinas.

** CEATEC – PUC Campinas

Municipal, hoje Avenida Dr. Arnaldo, as causas das doenças e curas estavam sendo discutidas com enfoque nas teorias bacteriológicas disseminadas por Pasteur.

“A história da medicina do século XIX se reportou às profundas transformações ocorridas com a introdução da microbiologia, ciência que busca especificamente estudar microorganismos, interrelacionando-se com outras áreas das ciências biológicas tais como a imunologia, a bioquímica, a biofísica, a parasitologia, a micologia, etc.”(ALMEIDA, 2004: 34)

Até a primeira metade do século XIX, acreditava-se que doenças eram causadas e disseminadas por aspectos do meio, difundira-se a teoria miasmática que afirmava serem as epidemias oriundas de lugares insalubres onde a circulação do ar ficava prejudicada. Muitas medidas tomadas pelos responsáveis da saúde pública no Brasil pautavam-se nesta teoria, implicando um combate à permanência de determinados edifícios dentro da cidade, como os hospitais e os cemitérios. Relegar a localização destes edifícios para uma área externa à cidade era entendido como uma medida profilática, pois desta forma as pessoas não estariam expostas às perigosidades que estes lugares implicavam.

Desvendar como a noção de saúde pública e os conceitos de higienismo e salubridade estão presentes entre os profissionais da saúde e da construção (médicos, engenheiros, arquitetos) nas justificativas de urbanização da região onde foram implantados o Hospital de Isolamento e o Cemitério do Araçá é o objetivo que nos propomos.

Estes edifícios ali se instalaram sob a orientação ideológica do higienismo e da salubridade. Todavia, o período em análise é justamente aquele no qual a teoria bacteriológica veio abalar as teorias miasmáticas até então dominantes e que justificavam o isolamento destes equipamentos públicos da área urbanizada da cidade. Pretende-se apresentar como são justificadas as localizações destes equipamentos públicos fora da cidade, no caso no final da rua da Consolação, procurando confrontar estas justificativas com as novas descobertas científicas.

A saúde pública no Brasil

A partir de 1850, quando eclodiram de forma repentina e violenta as epidemias em algumas cidades brasileiras alguns tumultos foram causados na corte imperial.

Imediatamente foi criada a Junta Central de Higiene que se ocupava da coordenação do sistema de saúde referente às inspeções nos portos e à vacinação.

Este tipo de comissão foi formada por profissionais da área médica que estudavam e apontavam as prováveis causas das epidemias; assim como orientavam a corte imperial sobre as medidas cabíveis para controlá-las. Adepta da teoria dos miasmas, forte à época, esta comissão assegurou que os fatores responsáveis pela infecção ocorriam das emanações miasmáticas. Assim, os médicos higienistas recomendavam o ataque a locais alagadiços, lagoas, praias sujas, pântanos, locais onde se depositavam os lixos, detritos e carcaças, limpeza das ruas e o deslocamento para fora das cidades de alguns edifícios considerados insalubres, como os mercados, os matadouros, os curtumes; ainda, recomendavam que se interrompessem a prática de enterramento nas igrejas e que se cemitérios públicos fora da área urbana. (UJVARI, 2003: 191)

As explicações médicas para o aparecimento e propagação das epidemias de febre amarela na Corte, eram diversas. Algumas revelavam o debate existente no próprio corpo médico, outras buscavam explicações para além da ciência, como as religiosas. A partir do primeiro grande surto epidêmico no Rio de Janeiro, na metade do século, delineou-se um debate entre os defensores da explicação religiosa e os chamados “*philosophos materialistas*”, que eram, na realidade, os doutores médicos higienistas. Os argumentos destes é que nos interessam. (CHALHOUB, 1996: 63)

Assim como em todos os lugares aonde na época a doença se propagava, no Brasil os médicos e as autoridades tiveram bastante dificuldade em interpretar as causas da epidemia e propor medidas eficazes para o seu combate. A questão mais geral consistia em saber se a doença se propagava por contágio ou por infecção. Daí decorre dois pensamentos médicos, o dos contagionistas e o dos infeccionistas. Para os contagionistas a doença podia ser transmitida de pessoa para pessoa, ou diretamente, através do contato físico, ou indiretamente, através do toque em objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava. Para os infeccionistas a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. Para eles, a infecção atuava a partir do foco do qual se emanavam os tais “miasmas morbidos”. Os paradigmas médicos do contágio e da infecção se combinavam com frequência. O ar como elemento de transmissão das doenças subsidia nas duas teorias, daí a importância das teorias miasmáticas como fundamento para a definição das propostas de saneamento da cidade. Os médicos que acreditavam na teoria do contágio recomendavam, por exemplo, quarentenas para os navios que chegassem aos portos

e isolamento dos doentes em hospitais e asilos distantes da cidade. Já, os que se pautavam na teoria da infecção, recomendavam providências para transformar as condições locais e impedir a produção das temidas “emanações miasmáticas”. “Foram os philosophos infeccionistas , na verdade, que produziram o arcabouço ideológico básico às reformas urbanas realizadas em várias cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras do século XX”. (CHALHOUB, 1996: 65)

Segundo Sidney Chalhoub, no que diz respeito ao debate entre os médicos, “o que impressiona inicialmente são as semelhanças entre as décadas de 1850 e 1870: os doutores ainda falavam de importação e contágio, ou de miasmas e infecção... Aparentemente, havia se formado um consenso sobre o que fazer diante da situação: era necessário um ataque total aos elementos causadores de infecção existentes no interior da cidade – isto é, as fontes produtoras das temidas emanações miasmáticas”. (CHALHOUB, 1996: 86)

Portanto, antes das descobertas de Pasteur sobre as leveduras, os miasmas eram apontados como os principais responsáveis pelas doenças. Assim, quando das epidemias de febre amarela na segunda metade do século XIX, a Junta Central de Higiene adotou uma política para eliminar as fontes miasmáticas das cidades. No Rio de Janeiro, empreendeu-se a perseguição aos cortiços, declarando que além de sujos e de conterem grande aglomeração populacional, esses lugares abrigavam ladrões, fugitivos, imigrantes ilegais e escravos foragidos.

A princípio, a Junta Central de Higiene preocupou-se com as medidas para a limpeza da cidade, organizando coletas de lixo periódicas, obrigando os moradores a abrirem as janelas para arejar os quartos e realizando o calçamento de vielas e ruas; posteriormente, conduziu sua ação para os espaços em que eram construídos os novos cortiços. As medidas implementadas pela Junta pouco influenciaram no controle da febre amarela, e o mosquito jamais foi relacionado à transmissão; assim, a década de 1870 foi marcante.

Quanto ao atendimento médico aos doentes, em de São Paulo, a primeira forma de atendimento hospitalar na cidade foi promovida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, e durante algum tempo foi a única no planalto paulista. (SPOSATI, 1985: 17)

A instituição foi organizada desde o século XVI e na segunda metade do século XIX tinha a seu encargo o hospital geral - a Santa Casa, um asilo – a casa dos expostos, um organismo de assistência social e jurídica aos presos pobres e um hospital para leprosos. Em 1854, a colônia portuguesa criou uma organização de auxílio mútuo, a primeira do gênero em

São Paulo, e fundou a Sociedade de Beneficência Portuguesa que, entre outras funções, oferecerá assistência médica a seus contribuintes. Nos anos seguintes, com o sucesso do empreendimento, ampliaram-se as iniciativas privadas voltadas à saúde coletiva. A sociedade alemã em São Paulo fundou, em 1863, uma sociedade semelhante. Em 1870, os italianos faziam o mesmo e em 1881 seria a vez dos franceses. Nos anos seguintes, diversos hospitais ligados à outras colônias seriam inaugurados em São Paulo. (ANTUNES, 1992: 18-19)

No Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo de 1875, aprovado pelo Conselho Geral da Província no mesmo ano, são estabelecidos procedimentos precisos sobre os hospitais e cemitérios. A respeito de hospitais, a Câmara exigiu as licenças e designou os lugares para o estabelecimento dos mesmos, fazendo audiências com os interessados para deliberar sobre o assunto procurando evitar que se estabelecessem no centro da área urbana.

Preocupados não só com a localização dos hospitais, a Câmara também publica códigos para o comportamento da população. Ninguém poderia receber doentes para tratamentos em suas casas e as pessoas indigentes que manifestassem sintomas da epidemia de varíola ou outra doença contagiosa, seriam imediatamente conduzidas aos lazaretos ou hospitais destinados ao tratamento. As pessoas que sofressem de elefantíase, ou qualquer doença contagiosa, não poderiam passear pelas ruas, se banhar nas fontes e bicas, nem ter estabelecimentos de produtos comestíveis. Ainda, se elas não tivessem como tratar-se em suas casas seriam recolhidas aos hospitais destinados ao seu tratamento.

Foi exatamente seguindo estas posturas que o primeiro Hospital de Isolamento, destinado primeiramente ao tratamento ou isolamento de enfermos contaminados por varíola foi fundado na capital. “Sua necessidade fazia-se sentir não apenas para a assistência médica de enfermos, mas também para a proteção das pessoas sadias, através da realização de quarentenas preventivas e do isolamento de indivíduos portadores de moléstias contagiosas”. (ANTUNES, 1992: 23)

O crescimento urbano de São Paulo nas últimas décadas do século XIX coincidirá com as pesquisas que proporcionaram descobertas sobre a causa microbiana de diversas doenças. Nessa perspectiva, leis e normas calcadas na necessidade de circulação, arejamento e conseqüente desodorização do ambiente, originárias da teoria dos “miasmas”, ganham atualidade e são combinadas com as mais modernas descobertas científicas do campo biológico.

O Hospital de Isolamento.

O Hospital de Isolamento, hoje Hospital Emílio Ribas, idealizado e construído na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX, foi uma das primeiras instituições de saúde pública em nosso país. Foi criado no dia oito de janeiro de 1880 com fundos originários da contribuição da sociedade. Tinha por finalidade atender os pacientes com doenças infecciosas.

No início, atendia os casos de varíola que ocorriam na cidade e mais tarde, em 1894 passou a internar outros doentes portadores de doenças infecciosas para poder enfrentar as demais epidemias que ocorriam na época como a febre amarela, tifo, difteria, peste, sarampo, leptospirose, gripe espanhola, etc.

O Hospital de Isolamento foi concebido para a assistência médica dos enfermos através do isolamento de indivíduos portadores de moléstias contagiosas, mas também para a proteção das pessoas sadias através da realização de quarentenas preventivas. As primeiras iniciativas para a sua construção datam de 1875, em função do aumento do número de casos de varíola na cidade de São Paulo. Justificando a ação de um hospital de isolamento, partilhava-se à época a convicção de que a internação dos doentes e a quarentena dos contagiantes seriam os principais recursos contra a propagação de diversas enfermidades. (ANTUNES, 1992: 23)

De acordo com documentação original encontrada no próprio Hospital, em 1875 o Sr. Vereador Capitão José Homem Guedes Portilho, requereu à Câmara Municipal, solicitação para ser aberto na capital, um hospital onde poderiam ser recolhidos e tratados os doentes acometidos de varíola, que em caráter epidêmico, aparecia na capital. Recomendava-se no documento que esse hospital se encontrasse afastado dos centros povoados, pois os doentes eram vistos como perigosos à saúde pública e seu tratamento deveria ser no mais completo isolamento. Ainda, se indicava que o edifício deveria obedecer a regras arquitetônicas de salubridade, devendo ser construído de maneira que a luz entrasse e o ar circulasse, e deveria também ter janelas e portas gradeadas, para evitar a fuga ou o contato dos doentes com outras pessoas que gozavam de saúde. (JORGE, 2006: 78)

A Câmara Municipal destinou verbas para que se iniciassem as obras e para a desapropriação de um sítio nas adjacências da cidade, precisamente no nº 1 da Estrada do Araçá, a atual Avenida Dr. Arnaldo, que passava então a se chamar Avenida Municipal.

A construção deste equipamento – o Hospital de Isolamento- data de 1880, e foi inicialmente denominado de Hospital dos Variolosos. As pessoas que estavam com suspeitas de doença, quando eram percebidos na rua pela policia sanitária, eram recolhidos e imediatamente levados ao Desinfetório Municipal, que se encontrava no atual bairro do Bom Retiro. Este local que, só pelo nome causava medo na população, era o primeiro local de constatação da doença, ou seja, os médicos faziam exames para descobrir se realmente a pessoa estava infectada, uma vez constatada a doença, eram levados finalmente ao Hospital de Isolamento, onde eram recebidos pelo pessoal do corpo de trabalho do hospital de isolamento.

O Hospital de Isolamento foi projetado por Ignácio Wallace da Gama Cochrane, que estava no Brasil já havia alguns anos, participando da construção de ferrovias. Dispunha-se num sistema de pavilhões de modo a permitir ventilação e iluminação adequadas em todos os seus cômodos. Esta era a condição que, acreditava-se, impediria a gestação de miasmas e odores temidos como agentes disseminadores das enfermidades.

Originalmente, o Hospital de Isolamento não se destinava a um funcionamento regular e sim em caráter extraordinário atendendo de forma provisória, devendo somente ser acionado nos momentos em que se justificasse sua abertura. Nos períodos em que a situação sanitária da cidade na estivesse abalada por surtos ou epidemias o hospital deveria permanecer fechado. Ainda, os hospitais eram tidos como uma espécie de asilo para onde se dirigia apenas quem não pudesse arcar com as despesas de um tratamento regular em seu próprio domicílio.

A escolha do terreno, em local distante da área urbana, se por um lado respondia aos preceitos higiênicos predominantes entre as autoridades no período implicava dificuldades para transporte e o acesso ao mesmo.

“Conquanto a teoria dos miasmas prevalecesse no período para explicar a etiologia e disseminação das doenças contagiosas, o Hospital de Isolamento foi originariamente designado a manter certo afastamento da cidade. Tal condição tinha múltiplas finalidades: atenuar o medo que a proximidade das doenças causava na população; favorecer a realização de quarentenas; obstar possíveis ocasiões de contágio. Havia algo como uma força de repulsão, que tendia a afastar algumas instituições de saúde dos centros populosos”. (ANTUNES, 1992: 25)

O Cemitério do Araçá.

As construções dos cemitérios públicos na cidade de São Paulo se iniciaram na segunda metade do século XIX fundamentados nos saberes médicos. A modificação dos

hábitos relativos à prática do enterramento no interior das igrejas ou em seus adros era considerada necessária por estes saberes eruditos. Para a saúde pública, as antigas práticas de enterramento eram condenáveis por serem anti-higiênicas e também imorais.

Em maio de 1850 o vereador Silveira da Mota apresentou um projeto à Câmara de São Paulo proibindo expressamente o uso das Igrejas da Sé, Santa Ifigênia e Braz para o enterro dos mortos. Travou-se inclusive uma polêmica sobre se era da igreja ou dos vereadores a responsabilidade de decidir quanto ao local adequado para a constituição dos cemitérios.

A presença de epidemias, como por exemplo, cólera e varíola, eram constantes nas cidades nos séculos XVIII e XIX; isso fez com que o governo da província se preocupasse com as possíveis causas de seu aparecimento, dentre elas, a ausência de um cemitério público na cidade.

Em 1854, o governo da província decidiu então que fosse construído o primeiro cemitério público da cidade de São Paulo, sendo seu terreno localizado fora do centro povoado. Assim, o primeiro Cemitério Público inaugurado na cidade de São Paulo em 1854 foi o da Consolação. Este local, antes da inauguração oficial, seria usado na epidemia de varíola que assolou a cidade de São Paulo. O engenheiro Carlos Frederico Rath, que era o administrador do Cemitério dos Pretestantes da Luz, sugeriu então um local que considerava apropriado para a implantação do mesmo, o Alto da Consolação, no caminho para Sorocaba, pois se tratava de uma área distante do núcleo urbano e onde os ventos sopravam em direção contrária à cidade. Em 1856, como o local sugerido pelo engenheiro foi aprovado pelo governo da província, o governo aprova uma postura proibindo os enterros dentro das Igrejas, Capelas, Sacristias, Corredores e quaisquer outros lugares no recinto das mesmas.¹

Na mesma data o governo da província ordena que se mande executar o regulamento para o cemitério público, onde estava previsto para a área dos cemitérios a divisão em quadros ou *quadrilongos*, separados pelas ruas necessárias que teriam largura não menor que vinte palmos e onde as ruas deveriam ser ladeadas de arvoredos.²

Embora as descobertas bacteriológicas no final do século XIX colocassem em questão os fundamentos da teoria miasmática, as recomendações do corpo técnico e administrativo da cidade de São Paulo sobre a construção de cemitérios ainda mantêm a idéia de sua localização fora das áreas urbanas. Assim, a construção do Novo Cemitério Público da

¹ Postura Municipal de 22 de dezembro de 1855 aprovada pelo governo provincial de São Paulo em 1 de fevereiro do dito ano. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

² Regulamento para os cemitérios aprovado em 1 de janeiro de 1856 pelo governo provincial de São Paulo. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

cidade de São Paulo, o Cemitério do Araçá, localizado a um km do Cemitério da Consolação, então denominado Cemitério Velho, foi iniciada em 1887.

O Cemitério fica situado do lado direito da Avenida Municipal, além do Hospital de Isolamento, tendo uma frente de 800 metros de comprimento e 250 nas faces laterais.

Em 1877, com o crescimento da cidade, São Paulo necessitou de um novo cemitério público. Os moradores transportavam seus mortos para o distante terreno da Consolação, pois conforme a teoria dos miasmas o ar insalubre transmitia gases tóxicos provocando a transmissão de doenças, assim, os corpos deveriam de ser enterrados em regiões distantes. O terreno da Consolação era ideal na época por estar a 3 km de São Paulo. A câmara dos vereadores alertava para a necessidade da construção de um hospital que isolasse os pacientes, principalmente durante epidemias de varíola. Em 1875, o número de casos dessa doença aumentou e as discussões sobre a importância de se contar com um novo hospital cresceram e a construção do novo cemitério foi então aprovada. (UJVARI, 2003: 223)

Em 1897, o Intendente Municipal, Pedro Augusto Gomes Cardim, relata as obras empreendidas naquele ano para os melhoramentos do novo cemitério público onde é possível perceber as mesmas orientações dadas para a construção do Cemitério da Consolação na década de 1850. (CARDIM, 1897)

A construção de equipamentos ligados à saúde pública participou de um processo diretamente relacionado com a ampliação das funções urbanas no século XIX, guardando estreitas relações com a vida urbana, tanto pela organização das formas de tratamento como pela prevenção das doenças, redefinindo uma estrutura urbana a partir de um campo de saberes envolvendo a engenharia, a medicina e as práticas administrativas.

Torna-se um desafio entender a formação de uma área da cidade de São Paulo ocupada no final do século XIX a partir das concepções infeccionista e contagionista junto ao corpo médico e de engenheiros responsáveis pelas obras executadas. O Hospital de Isolamento e o Cemitério do Araçá, localizados ao longo da Avenida Municipal, se formam num período em que justamente a teoria bacteriológica veio abalar as teorias médicas então dominantes e que justificavam o isolamento destes equipamentos públicos.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Marta. **República dos Invisíveis: Emílio Ribas, Microbiologia e Saúde Pública em São Paulo (1898-1917)**. São Paulo. Estudos CDAPH. Série Ciência, Saúde e Educação. 2004.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *São Paulo antes do progresso*. In: **Instituto Adolfo Lutz. 100 anos do laboratório de saúde pública**. São Paulo. Edição Comemorativa. Secretaria do Estado da Saúde. São Paulo. Instituto Adolfo Lutz, 1992.
- BERTUCCI, Liane Maria. **Saúde: Arma Revolucionária. São Paulo – 1891/1925** Campinas. Coleção Tempo & Memória, nº 3, Centro de Memória. UNICAMP. 1997.
- CARDIM, Pedro Augusto Gomes. **Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo, 1897**. Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo.
- CHALHOUB, Sidney: **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (org.). **A Secretaria de Higiene e Saúde da Cidade de São Paulo. História e Memória. Documento Comemorativo de Quadragésimo Aniversário**. São Paulo, Registros nº 6, Secretaria Municipal de Cultura. Prefeitura do Município de São Paulo.1985
- JORGE, Karina Camarneiro. **Urbanismo no Brasil Império: a Saúde na cidade de São Paulo no séc XIX (hospitais, Lazaretos e Cemitérios)**.Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbansimo. PUC-Campinas, 2006. Pp. 120
- SEGAWA, Hugo. **Prelúdios da metrópole. Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004: 184 pag.
- SINGER, Paul. **Prevenir e curar, o controle social através dos serviços de saúde**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1978.
- UJVARI, Stefan Cunha. **A História e suas Epidemias. A convivência do homem com os microorganismos**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo. 2003. Pp. 328.